

Thalita Almeida

Alexandre Ferreira  
de Assumpção Alves

# AÇÃO REVOCATÓRIA

ANÁLISE DOUTRINÁRIA E  
JURISPRUDENCIAL DOS  
ELEMENTOS DO ATO REVOGÁVEL

EDITORA LUMEN  
JURIS RIO DE JANEIRO  
2022

*Copyright © 2022 by Thalita Almeida  
Alexandre Ferreira de Assumpção Alves*

Categoria: Direito Empresarial e Comercial

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

1227631

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

A447a

Almeida, Thalita

Ação revocatória: análise doutrinária e jurisprudencial dos elementos do ato revogável / Thalita Almeida, Alexandre Ferreira de Assumpção Alves. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2022.

444 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2054-1

1. Ação revocatória - Brasil. 2. Falências - Brasil. 3. Devedores e credores. 4. Massa falida. 5. Lei de falências. I. Alves, Alexandre Ferreira de Assumpção. II. Título.

CDD 346.810438

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1. A Ação Revocatória: Aspectos Históricos.....</b>	<b>7</b>
1.1 Aspectos procedimentais da ação revocatória e caráter coletivo da medida .....	17
1.1.1 Limitação temporal para atingimento dos atos tidos por “revogáveis” .....	20
1.1.2 Efeitos do julgamento procedente da ação revocatória .....	24
1.2 Aspectos comparativos das ações revocatória e pauliana .....	30
1.3 A diferença funcional entre os efeitos de anulabilidade e da ineficácia .....	40
1.3.1 O sistema de ineficácia adotado no direito falimentar .....	58
1.4 Atos praticados pelo devedor antes e depois da falência .....	61
1.4.1 Atos praticados antes da decretação da falência.....	61
1.4.2 Atos praticados depois da decretação da falência .....	62
<b>2. Ineficácia Objetiva (Art. 129) x Ineficácia Subjetiva (Art. 130) .....</b>	<b>65</b>
2.1 Termo legal e período suspeito .....	69
2.2 Ineficácia objetiva .....	75
2.2.1 Atos ineficazes relacionados ao termo legal.....	78
2.2.1.1 Inciso I: pagamento de dívida não vencida .....	78
2.2.1.2 Inciso II: pagamento de dívida por meio diverso do original contratado.....	82
2.2.1.3 Inciso III: constituição de direito real de garantia e retenção.....	87

2.2.2 Prática de atos a título gratuito ou renúncia à herança ou a legado .....	93
2.2.2.1 Inciso IV: atos praticados a título gratuito.....	94
2.2.2.2 Inciso V: renúncia à herança ou a legado .....	100
2.2.3 Inciso VI: O trespasse do estabelecimento sem o consentimento dos credores .....	102
2.2.4 Inciso VII: registro ou averbação de direitos reais após a falência .....	112
2.2.5 Reembolso a ex-acionistas à conta do capital social .....	121
<b>3. Ineficácia Subjetiva (Relativa) .....</b>	<b>123</b>
3.1 Aspectos materiais: elementos de constituição da ineficácia relativa .....	124
3.1.1 <i>Consilium fraudis</i> : elemento subjetivo .....	126
3.1.2 <i>Eventus Damni</i> : elemento objetivo .....	139
3.2. Análise de julgados: elementos contundentes no julgamento da ação.....	145
3.3 Ações revocatórias julgadas procedentes.....	146
3.4 Ações revocatórias julgadas improcedentes.....	151
3.4.1 Improcedência decorrente da assimetria informacional ....	151
3.4.1.1 Alienações sucessivas: dificuldade na coleta de provas....	152
3.4.1.2 Assimetria de informações: massa falida x réu da ação revocatória.....	161
3.4.2 Imperícia do administrador judicial no ajuizamento da ação revocatória .....	169
3.4.2.1 Eleição equivocada de dispositivo legal .....	170
3.4.2.2 A impossibilidade de declaração de ineficácia de atos praticados pelo Estado: arrematação ou adjudicação .....	178
3.4.3 Desídia do administrador judicial no cômputo do prazo....	187
<b>Conclusão .....</b>	<b>197</b>

<b>Apêndice – Análise de julgados excedentes.....</b>	<b>205</b>
1. Análise de julgados .....	205
1.1 Tribunal de Justiça do Estado da Bahia .....	206
1.1.1 TJBA_2.....	206
1.2 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará .....	207
1.2.1 TJCE_1.....	207
1.3 Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios .....	210
1.3.1 TJDFT_1 .....	210
1.3.2 TJDFT_2.....	214
1.3.3 TJDFT_3.....	215
1.3.4 TJDFT_5.....	218
1.3.5 TJDFT_6.....	220
1.3.6 TJDFT_8.....	224
1.3.7 TJDFT_9.....	226
1.4 Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais .....	228
1.4.1 TJMG_1 .....	228
1.4.2 TJMG_2.....	230
1.4.3 TJMG_3.....	235
1.4.4 TJMG_4.....	237
1.4.5 TJMG_5.....	239
1.4.6 TJMG_6.....	242
1.4.7 TJMG_7.....	243
1.4.8 TJMG_8.....	245
1.4.9 TJMG_9.....	247
1.4.10 TJMG_13 .....	249
1.4.11 TJMG_14.....	250

1.5 Tribunal de Justiça de Pernambuco .....	252
1.5.1 TJPE_1 .....	252
1.5.2 TJPE_2 .....	255
1.6 Tribunal de Justiça do Estado do Paraná .....	257
1.6.1 TJPR_2 .....	257
1.6.2 TJPR_7 .....	260
1.6.3 TJPR_8 .....	264
1.6.4 TJPR_9 .....	266
1.6.5 TJPR_10 .....	268
1.6.6 TJPR_11 .....	271
1.6.7 TJPR_13 .....	275
1.6.8 TJPR_14 .....	277
1.6.9 TJPR_15 .....	279
1.6.10 TJPR_16 .....	282
1.7 Tribunal de Justiça do Estado Rio de Janeiro .....	285
1.7.1 TJRJ_1 .....	285
1.7.2 TJRJ_2 .....	288
1.7.3 TJRJ_3 .....	292
1.7.4 TJRJ_4 .....	293
1.7.5 TJRJ_5 .....	296
1.7.6 TJRJ_6 .....	299
1.7.7 TJRJ_7 .....	301
1.7.8 TJRJ_8 .....	303
1.7.9 TJRJ_10 .....	305
1.7.10 TJRJ_11 .....	306

1.8 Tribunal de Justiça do Estado Rio Grande do Sul.....	309
1.8.1 TJRS_1 .....	309
1.8.2 TJRS_3.....	312
1.8.3 TJRS_5.....	314
1.8.4 TJRS_6.....	317
1.8.5 TJRS_8.....	319
1.8.6 TJRS_9.....	322
1.8.7 TJRS_11 .....	326
1.9 Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo .....	328
1.9.1 TJSP_1 .....	328
1.9.2 TJSP_2 .....	330
1.9.3 TJSP_3 .....	332
1.9.4 TJSP_4 .....	335
1.9.5 TJSP_5.....	340
1.9.6 TJSP_6 .....	342
1.9.7 TJSP_7 .....	345
1.9.8 TJSP_8.....	347
1.9.9 TJSP_10 .....	349
1.9.10 TJSP_11.....	353
1.9.11 TJSP_12.....	355
1.9.12 TJSP_13 .....	357
1.9.13 TJSP_14.....	359
1.10 Superior Tribunal de Justiça.....	361
1.10.1 STJ_1 .....	361
1.10.2 STJ_4 .....	364
1.10.3 STJ_5.....	366

1.10.4 STJ_6.....	369
1.10.5 STJ_9.....	373
1.10.6 STJ_10 .....	375
1.10.7 STJ_13 .....	377
1.10.8 STJ_14 .....	380
1.10.9 STJ_15 .....	382
1.10.10 STJ_16.....	383
1.10.11 STJ_18 .....	386
1.10.12 STJ_19 .....	387
1.10.13 STJ_20 .....	390
2. Tabela consolidada dos julgados analisados .....	392
<b>Referências.....</b>	<b>399</b>